

Cartas a um Jovem Juiz, de Asfor Rocha: uma ode à magistratura como missão de justiça e humanidade

26/06/2025

A obra *Cartas a um Jovem Juiz: Cada Processo Hospeda uma Vida*, de autoria do eminente jurista brasileiro Cesar Asfor Rocha, insere-se, com absoluto mérito, no rol das grandes obras de formação humanista e ética da magistratura contemporânea. Publicado originalmente no Brasil em 2009 pela editora Elsevier, e agora relançado em versão atualizada pela AAFDL Editora, com respeitável circulação em Portugal, o livro é mais do que um compêndio de reflexões sobre a função jurisdicional: é uma verdadeira carta de princípios, que transcende o mero debate técnico para oferecer uma profunda meditação sobre a missão do juiz no mundo contemporâneo.

Cesar Asfor Rocha é uma das figuras mais proeminentes do Direito brasileiro. Ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, corte em que atuou com destaque por mais de duas décadas, e ex-corregedor nacional de Justiça, entre outros relevantes cargos que ocupou na Justiça brasileira, sua trajetória combina excelência técnica, compromisso com o trabalho e uma visão humanística rara sobre o papel do Poder Judiciário na consolidação do Estado Democrático de Direito. Atualmente militando na advocacia, função que exerceu por anos antes de tornar-se ministro, Asfor Rocha trouxe em bom momento o seu brilhante livro de volta à atenção do público.

O livro adota uma estrutura epistolar, que lhe confere fluidez, proximidade e autenticidade. A escolha desse formato não é fortuita. Ao se dirigir simbolicamente a um jovem juiz, o autor retoma a tradição dos diálogos intergeracionais, oferecendo, mais do que conselhos práticos, uma bússola moral e existencial para aqueles que ingressam ou se encontram no exercício da magistratura. A obra propõe uma reflexão que ultrapassa os limites do Direito positivo e da dogmática jurídica, voltando-se à compreensão da jurisdição como prática social, política e, sobretudo, profundamente humana.

A apresentação, assinada pelo jurista e ex-presidente da República Michel Temer, não se limita a uma saudação protocolar. Ao contrário, constitui um texto denso, que reconhece na obra de Asfor Rocha uma contribuição singular para o fortalecimento das instituições democráticas. Temer destaca o valor da obra não apenas como instrumento de formação, mas como um guia ético e reflexivo para a magistratura brasileira e lusófona, ressaltando, inclusive, que o autor se



notabiliza por seu compromisso com a dignidade da função judicial, a defesa da República e a promoção dos direitos fundamentais.

O prefácio, elaborado pelo renomado jurista português Rui Manuel Moura Ramos, ex-presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, é, por sua vez, uma verdadeira exaltação à dimensão humanística do texto. Moura Ramos reconhece na obra um diálogo que atravessa fronteiras, unindo tradições jurídicas, experiências e valores que, embora moldados por contextos diferentes, convergem na compreensão de que a função do juiz é, antes de tudo, uma missão de serviço à justiça e à dignidade humana. Destaca, com rara sensibilidade, a capacidade do autor de combinar experiência prática, erudição teórica e uma notável capacidade de traduzir conceitos complexos em linguagem acessível, sem abrir mão da profundidade.

Assim, antes mesmo que se adentre o conteúdo das quinze cartas que estruturam a obra, *Cartas a um Jovem Juiz* já se apresenta ao leitor como um texto de altíssima densidade ética, filosófica e institucional. Não se trata de um manual, nem de uma cartilha técnica. É, na verdade, uma declaração de amor à magistratura, um manifesto em defesa da justiça como valor civilizatório e uma ode à dignidade da função de julgar.

Capítulo por capítulo

Capítulo 1: O ingresso na magistratura

O ponto de partida da obra é uma reflexão que vai além da simples decisão profissional: trata-se de um verdadeiro chamado vocacional. Asfor Rocha desafia o jovem juiz a se perguntar se está preparado, não apenas tecnicamente, mas sobretudo espiritualmente, para assumir a magistratura como missão. Neste capítulo, o autor mergulha na psicologia do juiz iniciante, lembrando que não basta passar em um concurso difícil. É preciso compreender que a toga não é mero símbolo de autoridade, mas de responsabilidade ética e social. Cada linha deste capítulo carrega uma advertência contra o risco da burocratização da alma e da perda da sensibilidade frente aos dramas humanos que o magistrado inevitavelmente enfrentará.

Capítulo 2: O juiz e a função de julgar

Aqui, o autor eleva o ato de julgar a uma das mais sublimes expressões da atividade humana. Julgar não é aplicar friamente a norma — é interpretar vidas, é mediar destinos. Não é à toa que o autor se fia o tempo todo na sensível expressão “*cada processo hospeda uma vida*”. Asfor Rocha desconstrói a visão do juiz como mero operador de Códigos, defendendo uma magistratura que enxerga, por trás dos autos, a dor, a esperança, o medo e a dignidade das

Spacca



peças. É um capítulo profundamente filosófico, que convoca o leitor a entender que cada sentença não é apenas uma decisão jurídica, mas uma intervenção concreta na história de indivíduos e comunidades.

Capítulo 3: Interpretando as leis com justiça

Neste ponto, o livro atinge sua veia mais crítica ao formalismo estéril. A defesa de uma interpretação que vá além da letra da lei é feita com rigor e paixão. O juiz, segundo Asfor Rocha, não pode se esconder atrás de textos normativos como se eles fossem escudos de neutralidade. Ao contrário, deve compreender que seu papel é realizar o Direito como valor, não como instrumento cego. A Constituição, os princípios, os direitos fundamentais e, sobretudo, o senso de justiça devem iluminar cada decisão. É uma ode ao juiz que sabe que a letra mata, mas o espírito vivifica.

Capítulo 4: O juiz e as expectativas da sociedade

Este é, sem dúvida, um dos capítulos mais atuais e provocativos. O autor aborda as crescentes demandas que a sociedade contemporânea impõe ao Judiciário: celeridade, transparência, eficiência e rigor ético. Contudo, adverte que a ânsia social por respostas rápidas não pode converter o juiz em gestor de produtividade ou em refém da opinião pública. Há uma crítica sutil, porém contundente, ao risco de a magistratura se transformar em um balcão de soluções rápidas, desconectadas da prudência, da reflexão e, sobretudo, da justiça.

Capítulo 5: O saber e os saberes do juiz

Asfor Rocha propõe, aqui, uma visão renascentista do juiz. Não basta dominar o Direito. É preciso dialogar com a história, a filosofia, a literatura, a psicologia e a sociologia. O juiz que lê apenas leis é, na visão do autor, um juiz incompleto, incapaz de compreender a complexidade dos dramas humanos. Este capítulo é quase uma defesa apaixonada do humanismo aplicado à magistratura, e faz lembrar que a ignorância cultural é inimiga da boa justiça.

Capítulo 6: Analisando pessoas e fatos

Possivelmente um dos trechos mais emocionantes e sensíveis da obra. O autor rememora que por trás de cada processo há um mundo: uma família, uma dor, um conflito que não pode ser reduzido a petições e despachos. Asfor Rocha lembra, com exemplos vívidos, que julgar exige um olhar que vai além dos autos. É preciso ouvir, observar, sentir e, sobretudo, compreender. Este capítulo é um antídoto contra a desumanização da função judicial.

Capítulo 7: O juiz e a imprensa

Num dos capítulos mais corajosos, o autor enfrenta o tema da relação da magistratura com a mídia. Defende a liberdade de imprensa, reconhecendo sua importância para a democracia, mas alerta para os riscos da espetacularização da justiça. Faz uma crítica severa aos julgamentos paralelos promovidos por manchetes e redes sociais, que frequentemente condenam antes do

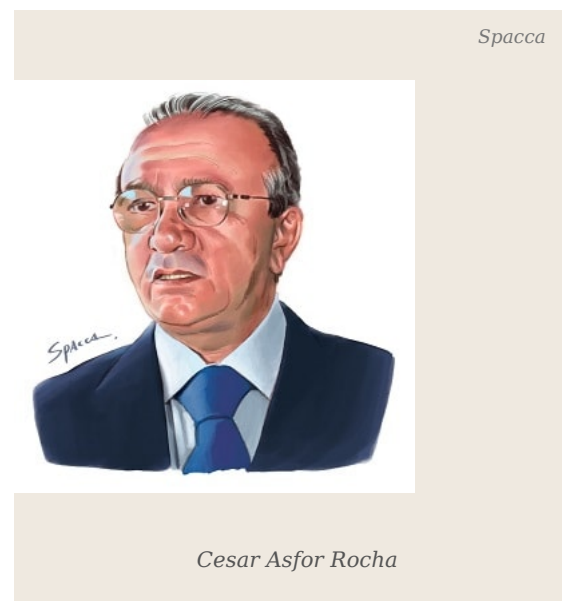
devido processo legal. O juiz, lembra Asfor Rocha, não pode se deixar seduzir nem intimidar pela pressão midiática.

Capítulo 8: O juiz e as relações com os colegas

Este capítulo evidencia o lado invisível da vida do juiz: a convivência dentro da própria magistratura. O autor denuncia, com elegância, os perigos do isolamento, da competição desleal e das vaidades institucionais. Ao mesmo tempo, exalta a importância da fraternidade, da lealdade e do apoio mútuo entre magistrados. Uma magistratura forte é, antes de tudo, uma comunidade solidária.

Capítulo 9: O juiz, os tribunais e a jurisprudência

Aqui, Asfor Rocha oferece uma verdadeira aula sobre o papel da jurisprudência. Reflete sobre o valor dos precedentes e da estabilidade das decisões como garantias da segurança jurídica e da igualdade, o que foi reforçado pelo legislador brasileiro no atual CPC. No entanto, adverte que seguir a jurisprudência não significa abdicar da consciência. O juiz deve ser coerente, mas também corajoso para, quando necessário, promover mudanças, desde que fundamentadas, responsáveis e prudentes.



Capítulo 10: O juiz e o Ministério Público

Neste capítulo, o autor trata de um dos temas mais sensíveis da prática forense: a relação entre juiz e Ministério Público. Defende, com firmeza, a separação dos papéis. O juiz não é fiscal, não é acusador, nem advogado da defesa. É o garantidor da legalidade, da imparcialidade e dos direitos fundamentais. Faz críticas a práticas que possam comprometer essa separação, lembrando que o juiz que se deixa contaminar pelo espírito acusatório trai sua missão.

Capítulo 11: O juiz, a política e os políticos

Sem cair na armadilha do discurso simplista, Asfor Rocha diferencia a política como arte da convivência social das práticas partidárias. O juiz não pode ser avesso ao debate institucional, mas deve manter distância das paixões e interesses que movem o jogo político. Sua única fidelidade deve ser à Constituição, aos princípios republicanos e à democracia.

Capítulo 12: A linguagem do juiz

Num texto elegante e bem-humorado, o autor desfere uma crítica contundente ao juridiquês, aos latinismos vazios e às sentenças impenetráveis. Defende uma linguagem clara, precisa,

elegante e, sobretudo, compreensível, na linha do que fez recentemente o CNJ com o “Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples”. A decisão, lembra o autor, não é escrita para impressionar os pares, mas para ser entendida pelas partes e pela sociedade.

Capítulo 13: A família e os amigos

Este capítulo rompe, de maneira poética, com o formalismo. É uma carta de amor à família, aos amigos e à vida fora dos autos. O autor reconhece que a magistratura é exigente e, muitas vezes, solitária. Por isso, afirma que cultivar vínculos afetivos sólidos é não só um direito, mas uma necessidade para quem deseja ser um juiz equilibrado, sensato e, sobretudo, humano.

Capítulo 14: O juiz e os advogados

Com a autoridade de quem também foi advogado, Asfor Rocha defende uma relação de respeito, empatia e parceria entre juízes e advogados. O advogado não é um incômodo do processo — é essencial à realização da justiça. O bom juiz é aquele que escuta, que respeita e que compreende que a advocacia é pilar da democracia. Esta carta faz lembrar, com gosto, o livro clássico do festejado jurista italiano Piero Calamandrei, *Elogio dei giudici scritto da un avvocato*.

Capítulo 15: Até breve, colega!

A carta de despedida é, ao mesmo tempo, uma celebração e um rito de passagem. O autor oferece uma mensagem de esperança, de fé na magistratura e na possibilidade de construir um mundo melhor por meio do Direito. Reafirma que julgar não é castigar — é compreender, equilibrar e pacificar.

Uma palavra final

Cartas a um Jovem Juiz é uma obra que transcende o campo jurídico. É um manifesto humanista, um chamado à consciência, um tributo à dignidade humana e ao poder transformador da justiça. Sua leitura não apenas forma, mas também transforma, sensibiliza e inspira. Trata-se de um clássico incontornável da literatura jurídica contemporânea, cuja relevância cresce na mesma medida em que se tornam mais urgentes os desafios éticos, sociais e institucionais do nosso tempo.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jun-26/cartas-a-um-jovem-juiz-de-asfor-rocha/>